

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.068 - MG (2019/0167839-7)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : RAFAEL SILVA DOS ANJOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por RAFAEL SILVA DOS ANJOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que denegou a ordem postulada no HC n. 1.000.19.039802-4/000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi denunciado como incurso no art. 129, § 9º, do Código Penal, na forma da Lei Maria da Penha (e-STJ fls. 5/7).

Em 12/9/2018, o Juízo da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Araxá/MG recebeu a inicial acusatória e determinou a citação pessoal do acusado para oferecer resposta à acusação (e-STJ fl. 49).

Na tentativa de citar o paciente, o Oficial de Justiça foi até o endereço constante no mandado, no dia 5/2/2019, e foi atendido pela mãe do acusado que afirmou que o mesmo residia ali.

O Oficial de Justiça suspeitou que o paciente estava se ocultando para não ser citado, assim, intimou a senhora, informando que compareceria no dia seguinte para realizar citação por hora certa. No dia 06 de fevereiro de 2019, o Oficial de Justiça, novamente, compareceu à residência e não encontrou o paciente, dando-o na oportunidade como citado na pessoa de sua genitora, Sra. Maria Aparecida da Silva dos Anjos, nos termos do art. 252 do Código de Processo Civil.

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, com fulcro no art. 254 do CPC, requereu ao Magistrado para que fosse enviada carta, dando ciência ao ora paciente dos termos da acusação, contudo, o pedido foi

indeferido.

Irresignada, a Defensoria impetrou *habeas corpus* perante a Corte local, contudo, a ordem foi denegada pela 4ª Câmara Criminal do TJMG, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 117):

HABEAS CORPUS. LESÃO CORPORAL NA LEI MARIA DA PENHA. NULIDADE DE CITAÇÃO POR EDITAL. MATÉRIA QUE DEPENDE DA ANÁLISE APROFUNDADA DO CASO. HABEAS CORPUS. VIA INADEQUADA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. ORDEM DENEGADA.

- A estreita via do habeas corpus não comporta o exame de questões que demandam profunda análise do conjunto fático-probatório, devendo ser reservadas ao processo-crime.

- Ordem denegada.

No presente recurso ordinário, a Defensoria Pública insiste na nulidade da citação do paciente, em razão da não aplicação do art. 254 do CPC, *in verbis*: "Feita a citação com hora certa, o escrivão ou chefe de secretaria enviará ao réu, executado ou interessado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da juntada do mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência".

Aduz que quando o Código de Processo Penal for omissivo em alguma situação deve ser aplicado subsidiariamente o CPC, o que não foi feito no caso em questão.

Requer, liminarmente e no mérito, seja concedida a ordem para sanar o vício da citação do paciente, retomando-se o regular andamento processual.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, que se confunde com o próprio mérito.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, a fim de se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau acerca do alegado na presente impetração, em especial se houve citação por edital, devendo ser remetida a senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, se for o caso, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator